

gi
grande
investigação
DN

ATÉ ONDE VÃO AS RAÍZES DA MAÇONARIA

Maçonaria controla justiça, acusa ex-juiz

Polémica. Não há processo com arguidos poderosos em que o fantasma da maçonaria não paire. Seja pela condição de maçom de um dos suspeitos, seja por conversas sobre a influência no caso. Um antigo juiz, reformado compulsivamente, está a preparar um livro com várias denúncias. Chama-lhe 'A Máfia dos Tribunais Portugueses'

CARLO RODRIGUES LIMA

É maçom? A pergunta é simples, mas, no século XXI, ainda causa muito incómodo no sistema judicial português. Os três principais responsáveis – Noronha do Nascimento, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Lúcio Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Administrativo, e Pinto Monteiro, procurador-geral da República – não respondem directamente à questão. Historicamente sabe-se que o primeiro presidente do Supremo (órgão criado por Mouzinho da Silveira), José da Silva Carvalho, era maçom. E que há muitos e muitos juizes, procuradores e magistrados maçons que não assumem como tal.

Nos últimos anos, o fantasma da maçonaria tem pairado sobre vários processos fortemente mediatizados. E promete regressar em força nos próximos tempos: José da Costa Pimenta, ex-juiz, está a preparar um livro sobre as ligações da organização à justiça, *A Máfia dos Tribunais Portugueses*. Esta não será a primeira vez que o autor – que não quis prestar declarações ao DN – se debruçará sobre o tema da maçonaria/justiça. Em 2008, e no ano passado, José da Costa Pimenta contestou jun-

to do Supremo Tribunal Administrativo a pena de aposentação compulsiva a que foi condenado. Os seus argumentos foram: os membros do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais que o condenaram a tal pena não reuniam um requisito fundamental num

CARTA

Ministra da Justiça foi alertada para livro

» A ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha do Nascimento, e o Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, já foram alertados pelo ex-juiz José da Costa Pimenta sobre a publicação do livro. O aviso seguiu em forma de carta, com a indicação "confidencial". O autor anexou à missiva uma sinopse do livro, revelando quais os principais pontos da obra em preparação.

juiz, a independência, já que todos fazem parte do Grande Oriente Lusitano (GOL) e, por isso, sujeitos a outras relações de fidelidade que não somente a lei. Por isso, não o podiam condenar à pena de aposentação.

Desta vez, o antigo juiz já teve o cuidado de, através de carta, alertar a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, os presidentes dos "Supremos" e o PGR para a publicação do livro. Fazendo acompanhar a missiva de uma sinopse, a que o DN teve acesso. O autor entra logo sem rodeios: "O sistema de justiça português é constituído por lojas maçónicas e controlado pela maçonaria." E isto, na visão de José da Costa Pimenta, tem dois efeitos: "Além de controlar as decisões dos processos – incluindo os casos da Universidade Moderna, Portucale (ver páginas seguintes), Casa Pia, Apito Dourado e Isaltino Moraes –, controla igualmente a carreira dos juizes e dos magistrados do Ministério Público e dos altos funcionários do Estado."

Nas últimas semanas, o DN enviou questões relacionadas com estas denúncias ao PGR, e aos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Admi-

nistrativo. Lúcio Barbosa, presidente deste último órgão, nem sequer respondeu. Pinto Monteiro respondeu, mas para dizer, em síntese, que não sabe de nada. "A Procuradoria-Geral da República não controla filiações de magistrados em qualquer tipo de associações. Desconhece-se, por isso, a existência de maçons nas magistraturas", afirmou Pinto Monteiro ao DN através do gabinete de imprensa da Procuradoria. Não querendo dizer se é ou não maçom e qual a respectiva obediência.

De todos os contactados, Noronha do Nascimento foi o mais concreto nas respostas. É maçom? "Sou membro de três associações: Associação para a Defesa do Vale do Bestança, Associação para o Progresso do



● **As revelações que um ex-juiz vai publicar em livro sobre o poder da maçonaria na Justiça** (págs. 4-5) ● **Como a maçonaria atravessa os vários processos judiciais mais mediáticos, do Portucale à Universidade Moderna, acabando no caso CTT** (págs. 6-7) ● **Os segredos das duas maiores obediências portuguesas (o GOL e a GLRP/GLLP), as suas diferenças e os seus membros mais conhecidos** (págs. 8-9) ● **Entrevista com António Reis, ex-grão-mestre do GOL que preside à maior organização mundial de franco-maçonaria, o CLIPSAS** (págs. 10-11)

“Um juiz não pode ser maçom, é incompatível”

Quando, em 2009, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP) aprovou um Compromisso Ético dos Juizes, dedicou um dos pontos do documento à questão da imparcialidade exigida aos magistrados judiciais. No comentário a este item, a associação foi clara: “O juiz não integra organizações que exijam aos aderentes a prestação de promessas de fidelidade ou que, pelo seu secretismo, não assegurem a plena transparência sobre a participação dos associados.” O recado estava dado: um juiz não pode pertencer à maçonaria ou a outro tipo de organização mais ou menos secreta.

Uma posição reforçada ao DN pelo juiz desembargador António Martins, presidente da ASJP: “Houve uma razão de ser dessa perspectiva, que foi garantir, perante os cidadãos, a imparcialidade do juiz. Porque a integração em determinadas organizações, nas quais os seus membros juram fidelidade entre si, não é adequada para um juiz.” Que, recorde-se, segundo a lei, apenas deve fidelidade e obediência à lei.

Segundo António Martins, um juiz tem o dever de “transparência e clareza para com os cidadãos, porque não é aceitável que haja uma leve suspeita sobre a sua imparcialidade”. Questionado pelo DN sobre a alternativa de os juizes pertencerem à maçonaria e declararem-no publicamente, António Martins rejeitou tal hipótese: “A nossa posição é clara. Não pode, nem deve pertencer. É incompatível pertencer a esse tipo de organizações secretas e ser juiz. Não concebo a existência de organizações secretas num Estado de direito moderno, ressalvando os serviços de informações, cuja função é bem específica e no interesse do Estado”, esclareceu o juiz desembargador.

O Compromisso Ético dos Juizes foi aprovado por uma larga maioria de magistrados que se reviram no seu conteúdo. Apenas um grupo de magistrados judiciais do Norte do País apontou críticas ao documento da ASJP considerando-o excessivamente “censório” para os juizes.

CARLOS RODRIGUES LIMA



ILUSTRAÇÃO ANDRÉ CARRILHO

Direito e Associação Cultural Serpa Pinto”, respondeu.

E se os juizes tivessem de declarar publicamente a sua ligação à maçonaria? “O problema do magistrado estar ou não filiado na maçonaria, na minha óptica, é exactamente igual a pertencer a qualquer outro tipo de organização mais ou menos aberta ou mais ou menos secreta. É o mesmo problema que se põe quanto a pertencer à Opus Dei, a um partido político, ser sócio acérrimo de um clube de futebol ou de qualquer outro tipo de associação nacional, ou regional, do mesmo género”, referiu o presidente do Supremo. Para quem o importante é que um juiz esteja “preparado para se distanciar dos interesses das duas partes quando tem de julgar”.

A abordagem do ex-juiz José da Costa Pimenta ao tema maçonaria/tribunais acaba por colocar no papel o que, de há alguns anos para cá, se comenta em surdina nos corredores dos tribunais. O autor vai directo ao assunto: “A verdade é que a maçonaria que controla os tribunais se deixou infiltrar por aquilo que ela própria chama de ‘jesuitismo’ e ‘profanos do avental’ – um grupo de indivíduos, incluindo juizes, magistrados do Ministério Público, ministros, advogados, banqueiros –, os quais lhe capturaram e mantêm refém o sistema judicial português, distribuindo sentenças entre si em benefício dos seus irmãos”, lê-se na sinopse que o autor enviou para os mais altos responsáveis da justiça portuguesa.

José da Costa Pimenta promete ainda expor “a qualidade de maçons de algumas dezenas de pessoas”, para além de juizes e magistrados do Ministério Público.

No que diz respeito ao sistema judicial, a sinopse do livro termina com o caso da prisão/libertação do maçom Isaltino Moraes e – segundo o autor – do maçom inspector judicial nomeado para investigar o caso, o juiz desembargador Mário Morgado. O antigo juiz refere o inquérito aberto pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM), falando no caso de Eduarda, “mulher pobre e não maçona”, presa preventivamente “durante quatro dias” e só libertada “porque ganhou um habeas corpus” no Supremo. Alegadamente, o CSM não investigou.

AS RAÍZES DA
MAÇONARIAgi
grande
investigação
DNPROCESSOS
JUDICIAIS

PORTUCALE

Crimes em causa > Tráfico de influências, falsificação de documentos
Estado > Em julgamento**Arguidos** > Abel Pinheiro, José Manuel de Sousa, Luís Horta e Costa, Carlos Calvário, António Sousa Macedo, Manuel Rebelo (ex-subdirector geral), António Gonçalves, António Valadas, Eunice Tinta

“Aquilo não tem poder, tem é informação”

Processos. Alguns segredos da maçonaria vieram à tona na sequência de investigações judiciais. Foi assim, há uns anos, com a Universidade Moderna, em que as ligações à maçonaria foram explosivas, e mais recentemente nos casos Portucale e CTT. No primeiro, as conversas do principal arguido, Abel Pinheiro, deram a conhecer a identidade de outros maçons. No segundo, as ligações maçónicas quase terão dado origem a uma fuga

CARLOS RODRIGUES LIMA

Portucale e os maçons

A 3 de Março de 2005, Abel Pinheiro, empresário, então director financeiro do CDS/PP, actualmente um dos arguidos do processo Portucale, conversava descontrai-

damente ao telefone com o advogado Júlio Correia Mendes. Este estava prestes a entrar para a Loja da Convergência, ligada ao Grande Oriente Lusitano (GOL). O seu interlocutor foi descrevendo como estava o processo de “admissão”. O diálogo foi, porém, escutado pela Polícia Judiciária e acabou transcrito nos autos do processo. E não foi o único: no Portucale, várias conversas sobre a maçonaria constam dos autos, que actualmente são públicos. Alguns segredos maçónicos foram ainda trazidos à tona noutros dois processos: o da Universidade Moderna e no caso da venda de dois prédios dos CTT.

Abel Pinheiro, à data, fazia parte da Loja da Convergência ligada ao GOL que, entretanto, deu origem à Loja Nunes de Almeida, em homenagem ao antigo presidente do Tribunal Constitucional, Luís Nunes de Almeida. Ao telefone, Abel Pinheiro procurou “enturmar” o recém-chegado na nova Loja, dizendo-lhe que por lá andavam várias figuras ligadas ao PS:

António Vitorino, Rui Pereira, ex-ministro da Administração Interna, Vitalino Canas, deputado do PS. Por sua vez, José Magalhães, ex-secretário de Estado da Justiça estava na mesma condição que Júlio Correia Mendes. Na fila de espera para entrar.

Tradicionalmente, o GOL é conotado com a esquerda política, sobretudo com o PS. Abel Pinheiro disse ao seu interlocutor que, durante os Executivos de António Guterres, a sua Loja era conhecida como o “gabinete”, dada a quantidade de socialistas por metro quadrado. Com apurado sentido de humor, Abel Pinheiro até contou que quando o PS vai para o governo, “aquilo”, ou seja, a Loja, parece a “sopa dos pobres”.

As conversas entre os dois sucederam-se durante alguns dias e mais segredos foram escutados. Terá a maçonaria poder? Abel Pinheiro respondeu negativamente. Mas tem a “coisa mais preciosa” no mundo moderno, declarou o antigo dirigente do CDS/PP – a informação. E informação é poder. O próprio Abel Pinheiro tratou de, genericamente, dizer ao advogado quem por lá andava: “Gente” do Ministério Público, juízes, professores universitários e do secundário, médicos, presidentes de câmaras. No fundo, uma “rede de relações humanas” única no mundo, concretizou. E, ainda de acordo com as palavras

do antigo director financeiro do CDS, o mais “espantoso na organização” é que as pessoas não “escondem” nada a ninguém e nada transpira para o exterior porque, elemtar, não há “uma linha” escrita sobre o que se diz lá dentro.

Porém, em 2005, ainda que com informação/poder, os maçons andariam agitados. É que José Sócrates, quando chegou pela primeira vez ao poder, parece não ter cumprido uma espécie de tradição dos bastidores da política: a quota maçónica na formação do Governo. A 6 de Março de 2005, Abel Pinheiro e Rui Gomes da Silva (antigo ministro do Governo de Pedro Santana Lopes, hoje advogado e comentador desportivo) falaram disso mesmo ao telefone. Além da maçonaria, também “ninguém da Igreja” tinha entrado nos escolhidos de Sócrates para o cargo de ministro.

Abel Pinheiro
à altura do caso integrava a
Loja da Convergência





GRANDE INVESTIGAÇÃO

UNIVERSIDADE MODERNA

Crimes em causa > Corrupção, gestão danosa, falsificação de documentos
Estado > Já transitado em julgado

Arguidos > José Braga Gonçalves, Júlio Braga Gonçalves, Esmeraldo Azevedo, Sousa Lara, Carlos Sousa e Domingos Sousa, Pedro Garcia Rosado

CTT

Crimes em causa > Corrupção, gestão danosa, participação económica em negócio, branqueamento de capitais

Estado > A aguardar início do julgamento

Arguidos > Carlos Horta e Costa, Manuel Baptista, Gonçalo Ferreira da Rocha, Júlio Macedo, Pedro Garcês, Vítor Coelho da Silva, Carlos Simões, Luís Vilar, Manuel Lagoa, Vítor Camarneiro e Paulo da Silveira



Universidade maçónica

Em matéria de revelações e de exposição da maçonaria, o caso Portucal nada fica a dever ao da Universidade Moderna, um processo que explodiu em 1999 e que provocou um turbilhão, não só nos tribunais, mas também na organização portuguesa, levando até a uma reconfiguração da maçonaria regular, fruto das cisões e movimentações que levaram à "mudança" da sede da Grande Loja Legal de Portugal para a Casa do Sino, em Cascais. Mudança essa protagonizada por José Braga Gonçalves, o principal arguido do processo da Universidade Moderna.

A ligação quase umbilical entre a maçonaria e a Moderna foi posta a nu durante a investigação judicial. Várias facturas de viagens pagas a elementos da maçonaria foram encontradas na extinta universidade. O envolvimento da maçonaria na universidade veio ainda ao de cima numa segunda investigação que tinha a ver com um eventual tráfico de armas, com referências a convites feitos por José Braga Gonçalves para integrarem a chamada "loja negra" de Cascais.

As suspeitas à volta de uma conspiração maçónica, que tinha como ponto de reunião a Moderna, para tomar conta das estruturas do poder em Portugal foram sintetizadas num documento de Nandim de Carvalho, antigo grão-mestre da maçonaria regular. Durante o julgamento do processo, Nandim de Carvalho entregou ao colectivo de juízes um papel intitulado "Loja Secreta Fénix Tipo P2", o qual, segundo Nandim de Carvalho, era uma "uma carta cartográfica" representando "a informação disponível sobre as ligações da Moderna e da Casa do Sino". E as ligações tinham a ver com funcionários e docentes da Moderna, cuja qualidade de maçons ficou a descoberto. Nandim de Carvalho citou os nomes: Paulo Vieira Machado e Paulo Azevedo [filhos, respectivamente, do antigo gestor deposto por Braga Gonçalves e do ex-vice-reitor da Moderna, Esmeraldo de Azevedo], Carlos Amaro, José Félix, Rui Gomes da Silva, Carlos Fernandes e José Manuel Vitoriano, além dos três filhos do ex-reitor.

Para Nandim de Carvalho, havia um projecto claro na Universidade Moderna: por um lado, a maçonaria funcionava como patronato ideológico, de outro lado, o patronato financeiro que era a Universidade Moderna. No projecto arquitectado para dominar a maçonaria, José Júlio Gonçalves, o antigo reitor, pai de José Braga Gonçalves, teria tido um papel determinante.



Escândalo da Moderna rebentou em 1999 e provocou guerras na maçonaria regular



José Júlio Gonçalves (pai) e José Braga Gonçalves (filho), principais arguidos do processo

CTT e maçonaria

Mais recentemente, em 2009, durante a investigação ao chamado caso CTT, que envolve suspeitas de corrupção e gestão danosa num negócio de venda de dois prédios dos correios, a investigação, através de escutas telefónicas, apanhou conversas nas quais um indivíduo terá feito alusões à sua condição de maçom. O seu objectivo seria usar essa condição para obter informações do caso para um dos suspeitos, o presidente da empresa Trancrome, Júlio Macedo, que vai ser julgado pelos crimes de corrupção activa para acto ilícito, participação económica em negócio e branqueamento de capitais (apesar de nunca nenhum dos intervenientes ter sido citado directamente).

José Manuel Grácio, publicitário de profissão e maçom que, segundo informações recolhidas pelo DN, se encontra actualmente em Moçambique, passou a ser um

alvo da investigação após as primeiras escutas telefónicas recolhidas. O indivíduo, que no passado terá colaborado com a investigação do processo da Universidade Moderna, foi posteriormente escutado a falar com Moita Flores, presidente da Câmara de Santarém e também maçom, e com um antigo inspector da Judiciária, Gonçalves Pica, que trabalha agora na Caixa Geral de Depósitos.

Os elementos da investigação do caso chegaram a montar uma espécie de emboscada junto à antiga Praça de Touros de Cascais, onde alegadamente um indivíduo iria fazer uma entrega de documentos do processo solicitados pelos escutados. Porém, tal encontro não aconteceu. As escutas telefónicas revelaram ainda contactos entre José Manuel Grácio e Moita Flores já fora do âmbito do caso dos CTT. A Polícia Judiciária suspeitou de que podia estar em causa o pagamento de comissões a Grácio, mas o caso também acabou arquivado.



AS RAÍZES DA
MAÇONARIA



Quotas valem em cada ano 300 mil euros

GOL. Maçons do Grande Oriente Lusitano duplicaram nos últimos seis anos. São dois mil e cada quota rende 165 euros. A passagem a fundação continua na gaveta do Governo, mas o GOL constituirá este ano novo instituto para estudar a maçonaria

RUI PEDRO ANTUNES

Entra-se no palácio do GOL (Grande Oriente Lusitano) e o chão que se pisa é de mosaico axadrezado. Os bustos dos grão-mestres, em tempos de ditadura, recordam aos "irmãos" que nem sempre houve liberdade. Embora o museu esteja ao alcance dos "profanos" (os não maçons), o acesso aos restantes pisos é controlado com portas que só abrem mediante um código de acesso. Andar pelo GOL é, definitivamente, mais complicado do que mover peças de um tabuleiro de xadrez. Os "profanos" deambulam com menos à vontade do que os peões, sempre controlados. Afinal, há uma certa discrição a defender na casa que alberga mais de dois mil maçons, pois os membros do GOL duplicaram nos últimos seis anos.

O secretismo não impede, no entanto, que do GOL saiam alguns "assuntos internos", a quem os elementos devem obediência, como a lista de milhares de agentes da PIDE, a criação de uma estrutura de secretas interna e a passagem a fundação.

As lojas que se reúnem com mais regularidade encontram-se de quinze em quinze dias, sendo que o Parlamento do GOL (a Dieta) só se reúne de três em três meses: normalmente nos sábados que se seguem aos dois equinócios e aos dois solstícios. Uma das grandes batalhas internas dos últimos anos é a passagem a fundação. Esta, como explica o actual grão-mestre, Fernando Lima Valadas, já foi "constituída em termos legais e jurídicos", mas aguarda o reconhecimento de utilidade pública por parte do Governo. A decisão até já terá estado, em 2008, nas mãos de um membro do GOL, Jorge Lacão, quando este era secretário de Estado da Presidência. Porém, tudo continua parado.



O Grande Oriente Lusitano
já tem 209 anos

O que irá avançar, no entanto, é o Instituto de Estudos Maçónicos, que irá funcionar no edifício da antiga Escola Oficina n.º 1, que se situa no número 58 do Largo da Graça. Este é, aliás, um dos mais de 20 edifícios e propriedades pertencentes ao GOL. O património não significa, porém, uma grande mais-valia para a organização. "A nossa única fonte de financiamento é o dinheiro das quotizações", explica Fernando Lima. Embora o GOL não revele, o DN sabe que as quotas rondam uma média de 165 euros anuais, o que aplicado a dois mil membros significa ganhos de mais de 330 mil euros/ano.

Além da gestão dos edifícios, o GOL tem ainda despesas na análise dos novos candidatos. Quando alguém chega ao GOL, é sujeito a um rigoroso escrutínio, sendo a sua vida passada a pente fino. O registo criminal, por exemplo, é sempre verificado. Para isso contribui uma estrutura que foi criada na Dieta de 21 de Março de 2009, que é uma espécie de secreta interna. Com 77 votos a favor e sete contra, foi decidida a "contratação de equipas técnicas externas para fornecimento de serviços de consultadoria e apoio efectivo ao grão-mestre e ao Conselho da Ordem nos domínios da segurança de pessoas, património e informação".

Para alimentar teorias da conspiração dignas de livros de Dan Brown, o GOL tem também na sua posse uma lista com 3600 agentes e "bufos" da PIDE, que está fechada a sete chaves numa instituição bancária. A lista pertencia à Legião Portuguesa (que ocupou o palácio maçónico durante a ditadura) e foi descoberta pela Loja Liberdade, que a manteve em segredo até há seis anos, quando a entregou nas mãos do grão-mestre António Arnaut.

GOL

Grande Oriente Lusitano
Fundado em 1804

NÚMERO
90

NÚMERO

+ 2000

ESTRUTURA

Fernando
Lima Valadas
Grão-mestre



Cipriano S. Oliveira
Grão-mestre adjunto

Luciano V. Pereira
Grão-mestre adjunto

João Alves Dias
Soberano grande comendador do Supremo Conselho
do Rito Escocês Antigo e Aceite para Portugal
e Sua Jurisdição



Vasco
Lourenço
Loja 25 de Abril



João
Soares
Loja Sympathia e União



Rui
Pereira
Loja Nunes de Almeida

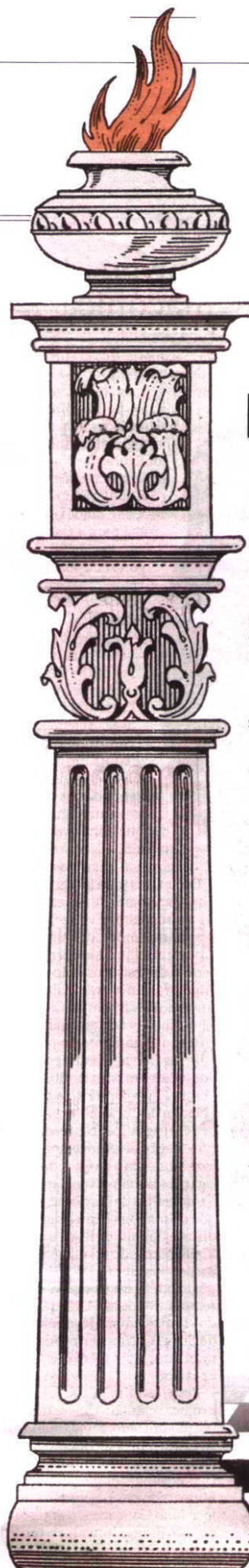


Miguel
Relvas
Loja Universalis



António
Reis
Loja Estrela d'Alva

FIGURAS MAIS MEDIÁTICAS



GLLP

Grande Loja Legal de Portugal

Fundada em 1991 (como GLRP)

DE LOJAS

74

DE MEMBROS

+ 2000

DIRIGENTE



José Moreno
Grão-mestre

Rui Paulo Figueiredo
Vice-grão-mestre

Júlio Meirinhos
Vice-grão-mestre

Rui Clemente Leté
Grande secretário

Francisco Queiroz
Grande capelão

Paulo Cardoso
Grande correio-mor

Isaltino
Morais
Loja Mercúrio



Nuno
Vasconcellos
Loja Mozart



José
Manuel Anes
Loja Quinto Império



José
Moreno
Loja Rigor



Mário
Martim Guia
Loja Gomes Freire Andrade



FIGURAS MAIS MEDIÁTICAS

GRANDE INVESTIGAÇÃO

OS CONFLITOS

Obediências 'irmãs' de costas voltadas?

As duas maiores obediências portuguesas (o GOL e a GLLP) não morrem de amores uma pela outra. Há até casos de conflito. Quando José Manuel Anes era grão-mestre da GLLP, em Setembro de 2005, teve um en-

contro com João Soares, em que este terá entendido que tinha o seu apoio para se candidatar à Câmara de Sintra. Horas depois, quando a candidatura de Soares o divulgou, Anes veio a público desmentir o apoio.

Os sinos já não dobram pela cisão

GLLP/GLRP. Depois das feridas provocadas pelo caso Moderna, os maçons da famosa Casa do Sino já iniciaram o processo de integração na GLLP. A obediência conseguiu este ano que o português se tornasse língua oficial da maçonaria

RUI PEDRO ANTUNES

É num primeiro andar discreto em frente a um stand de automóveis, numa rua de Alvalade onde não passa mais de meia dúzia de carros por dia, que fica a sede da Grande Loja Legal de Portugal (GLLP). Dentro de um mês, este prédio verde vai ser o espaço de mais 300 maçons da chamada Casa do Sino, uma obediência que surgiu de uma cisão da GLLP. A integração dos novos maçons contribuirá assim para o crescimento da maior obediência da maçonaria regular, que já tem mais de dois mil membros e se estende por todas as antigas colónias, desde Cabo Verde a Macau.

Ao que o DN apurou, o grão-mestre da Casa do Sino pediu a renúncia do cargo, acto que surpreendeu os responsáveis da GLLP e pode mesmo atrasar o processo. No entanto, a integração já está a decorrer e a partir do momento que é decidida a fusão – por ambas as partes – já não é reversível. A 23 de Dezembro, dia em que se realizará a Sessão de Grande Loja (Parlamento da GLLP), o processo deverá estar concluído.

A GLLP consegue assim voltar a medir forças com o histórico GOL. Aliás, a própria GLLP surgiu de uma dissidência do GOL, facto que ainda hoje o maçom João Soares considera “um disparate”. Mas há diferenças: o Grande Oriente Lusitano aceita ateus e agnósticos, a GLLP obriga à crença num deus (seja de que religião for), a que os maçons chamam simbolicamente “Grande Arquitecto do Universo”. De resto, têm hábitos similares. Embora as lojas da GLLP sigam cinco ritos (e o GOL apenas dois), ambas têm como mais comum o Rito Antigo Escocês e Aceite.

A GLLP está agora a completar 20 anos e teve como momento mais marcante a cisão em 1996. Isto porque um grupo de maçons fiel a Fernando Teixeira (o primeiro grão-mestre da maçonaria regular) decidiu não reconhecer o grão-mestre que se seguiu (Nandim de Carvalho) e, inclusivamente, acusaram-no de “insanidade maçónica”, por ter revelado questões internas da maçonaria.

O mesmo grupo – nos quais se incluíam diversas figuras ligadas ao caso Moderna, como Braga Gonçalves (ver páginas 6 e 7) – destituiu Nandim de Carvalho e elegeu outro grão-mestre. Seguiram-se diversos conflitos

que chegaram a incluir uma tomada à força da Casa do Sino, através dos serviços de uma empresa de segurança. De um lado haveria de ficar a GLLP e do outro a GLRP (Grande Loja Regular de Portugal), que ficou por tudo isso conhecida por Casa do Sino. Agora, vão finalmente voltar a juntar-se.

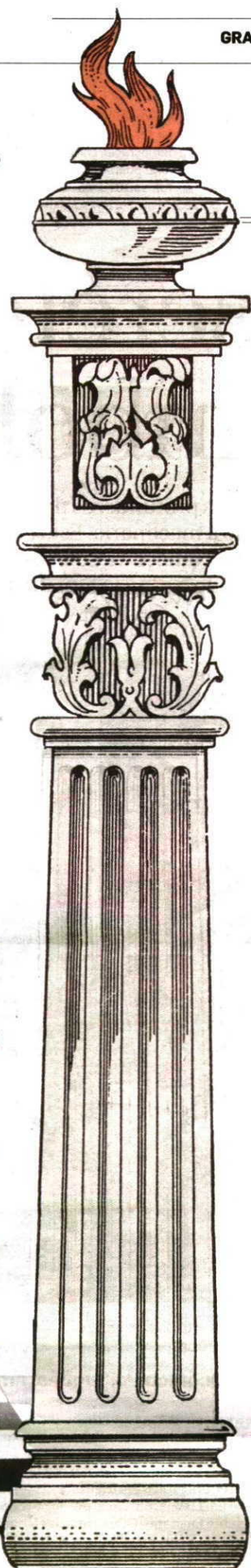
A GLLP é reconhecida por obediências internacionais mais numerosas do que aquelas que reconhecem a obediência do GOL, pois a maçonaria regular tem mais expressão que a irregular/adogmática. Com base nas alianças e na força

que tem nos países de língua portuguesa, a GLLP conseguiu em Fevereiro deste ano, segundo conta o actual líder, José Moreno, que o português fosse aprovado como “língua oficial da maçonaria” numa “conferência de grão-mestres em Cartagena”.

O crescimento da GLLP, como as lojas em Macau, levou também a que os maçons portugueses na região chinesa tivessem acesso aos círculos maçónicos de obediências internacionais na ilha, pois a maçonaria regular tem mais influência na região.



O símbolo da GLRP, que em breve se juntará à GLLP





AS RAÍZES DA
MAÇONARIA

gi
grande
investigação
DN

DESPACHOS
HISTÓRICOS

LEGALIZAÇÃO

» Há dois importantes despachos da história do GOL. O primeiro (à direita), de 1937, consiste na ilegalização do GOL e foi assinado pelo presidente da República Óscar Carmona e pelo presidente do

Conselho António Salazar. O GOL volta a ser legitimado pelo poder já em democracia, com um despacho de Mário Soares, (o segundo à direita), de 1976, que devolve a sede e atribui um subsídio ao GOL.



Um museu discreto e repleto de simbolismo

Reportagem. É bem no interior do País – numa encruzilhada entre as profundezas dos distritos de Leiria, Coimbra e Castelo Branco – que se esconde o maior museu ‘profano’ dedicado à maçonaria. Está em Troviscais, Pedrógão Grande, e é todo obra de Aires Henriques, economista reformado que começou a coleccionar peças há 30 anos. São largas dezenas de objectos dedicados à República e à maçonaria. E todo o espaço tem uma mística muito especial

RUI MARQUES SIMÕES

Está escondido numa aldeia do interior do País. Quem passa na rua nem vê o esquadro e o compasso que lhe decoram a ombreira da porta de entrada. Se a maçonaria é discreta, este espaço não lhe fica atrás. É o maior museu privado dedicado ao tema maçónico em toda a Península Ibérica. E está em Troviscais (Pedrógão Grande), à espera das visitas de maçons e “profanos”.

O Museu da República e Maçonaria – assim se chama – é todo obra de Aires Henriques, um economista reformado, de 64 anos, que nem é maçom (“sou filho único”, diz, brincando com o facto de os maçons se tratarem por “irmãos”). Lá juntam-se largas dezenas de peças maçónicas (e republicanas, e algumas do Estado Novo), seguindo um certo misticismo. “Há aqui um simbolismo curioso. Sempre se disse que a maçonaria é discreta ou secreta e este também é um espaço escondido, cuja entrada não se vê da rua”, admite o responsável pelo museu. Além disso, a suportar as salas estão cantarias medievais. Coincidência? Talvez não. “A maçonaria também foi buscar as suas raízes à época medieval”, recorda o antigo economista.

Porém, um museu dedicado à maçonaria não se faz só do ambiente. Há também muitas peças a ocupar o curto espaço, com muitos tons de vermelho e dourado. Livros rituais, diplomas de ritos, convites, imagens de maçons trajados como tal, “candêes” (os largos copos usados nas refeições cerimoniais), “malhetes” (os martelos símbolo de poder numa loja maçónica), aventais e escapulários estão espalhados pelo local, que ainda tem um núcleo dedicado à República (“Maçonaria e República andaram a par em Portugal”, lembra Aires Henriques) e outro ao Estado Novo. Quando o DN visitou o espaço, faltavam algumas peças – expostas numa evocação do centenário republicano –, mas estava lá um avental grau 33 (o máximo dos mestres), “igual ao que general Norton de Matos tinha”.

Sim, Norton de Matos (que desafiou o regime salazarista nas presidenciais de 1949) era maçom. É uma coisa que um “profano”



1. Aires Henriques começou a coleção de peças do Museu da República e Maçonaria há cerca de 30 anos, quando percorria o País como inspetor do Ministério da Agricultura. A paixão inicial eram peças de cerâmica 2. Hoje, os bustos republicanos coabitam com os artefactos maçónicos 3. No espaço exíguo do museu de Troviscais (Pedrógão Grande) não faltam anéis (como este com o símbolo universal da maçonaria) 4. Mas os aventais também têm de conviver com alguns documentos e artefactos antimaçonaria, como é o caso da cerâmica jocosa do canto superior esquerdo da imagem, que brinca com os símbolos do esquadro e do compasso 5. Outras distinções maçónicas

(um não maçom) pode aprender visitando o museu de Troviscais. Pelo meio, descobrirá muito mais, com as peças que Aires Henriques começou a recolher há cerca de 30 anos. “A paixão inicial era a cerâmica...”, mas daí à República e à maçonaria foi um salto.

Hoje, embora o responsável sonhe melhorar o espaço, está ali o segundo maior museu maçónico do País (ver caixa). É bastar pedir com antecedência (através do empreendimento de turismo rural Villa Isaura, que gere) para Aires Henriques guiar gratuitamente qualquer visitante para lá da ombreira do esquadro e do compasso...

O MAIOR ESPÓLIO

Museu Maçónico Português, em casa do GOL

» Aires Henriques exhibe “o segundo maior” museu maçónico da Península Ibérica (até porque Franco dizimou todos os vestígios maçons em Espanha). O maior é outro: o Museu Maçónico Português, e está sediado em Lisboa, na “casa” do Grande Oriente Lusitano (GOL), uma das principais obediências maçónicas nacionais. É uma das poucas salas da sede do

GOL completamente acessíveis ao público. Por lá espalham-se paramentos, artefactos e todas as explicações de ritos e símbolos maçónicos. O museu, que conta a evolução da causa maçom (assim como do País e do mundo) nos últimos 150 anos, é dirigido pelo historiador António Lopes, e está aberto ao público de segunda a sexta-feira, das 14.30 às 17.30.

GRANDE INVESTIGAÇÃO

4 MITOS,
4 DÚVIDAS

NOTA DE DÓLAR

» A nota de um dólar tem a cara de um maçom – George Washington – e na face oposta (à esq. na foto) um olho da providência, que é um símbolo maçónico.



CIDADE DE WASHINGTON

» As ruas da capital dos EUA foram construídas de forma a que, de uma certa perspectiva, fizessem lembrar símbolos como o compasso e a pirâmide.

PIRÂMIDE DO LOUVRE

» As linhas geométricas de partes do Museu do Louvre (Paris) e a sua famosa pirâmide são – no entender de alguns – símbolos maçónicos.

PORTO DE BARCELONA

» O Peixe Dourado de Frank Gehry, no Porto Olímpico de Barcelona, é apontado como um símbolo da influência da maçonaria nas construções.

ENTREVISTA: ANTÓNIO REIS

Presidente do CLIPSAS



Vida Depois de seis anos à frente do Grande Oriente Lusitano (GOL) – onde conseguiu duplicar os membros –, António Reis assumiu recentemente a presidência da maior organização mundial da franco-maçonaria liberal: o CLIPSAS (Centro de Ligação e de Informação das Potências Maçónicas Signatárias do Apelo de Estrasburgo)

“Protestamos quando alguém é prejudicado por ser maçom”

RUI PEDRO ANTUNES

Nos últimos dez anos, os grão-mestres do GOL têm tido ligações à política, mas Fernando Lima, o seu sucessor, vem quebrar esse ciclo. O GOL está a desinteressar-se da política?

Até me congratulo com essa situação, porque o GOL não pode ser confundido com uma organização parapartidária nem ter simpatias partidárias definidas. Nós aqui sempre tivemos dirigentes de partidos políticos, mas também sempre tivemos muitos maçons sem filiação partidária. E nesse aspecto ainda bem que o grão-mestre actual reflecte essa sensibilidade, porque permite separar melhor as águas. Permite não ver essa associação tão habitual entre o GOL e um determinado partido político (PS). Significa, então, como os maçons repetem várias vezes, que a maçonaria não “conspira” no plano político? Conspirações, normalmente, só existem em ditaduras. Portanto, conspirações não existem. Em democracia jogam-se as regras do jogo democrático. Não lhe pergunto no sentido literal, mas no das solidariedades e jogadas políticas entre os maçons.

A organização maçónica como tal não interfere directamente na vida política. Não dá ordens aos partidos políticos. Limita-se a defender um conjunto de valores que insiste e gosta que sejam respeitados na vida social e política do País. Valores da igualdade, da liberdade, da fraternidade, da laicidade. Mas não é um instrumento de intervenção política. Os maçons individualmente, esses sim, podem fazer essa intervenção na vida política em nome dos valores próprios da maçonaria. Foi deputado, portanto, escolheu essa forma de intervenção. Na altura era normal um “irmão” de uma outra bancada votar de forma diferente da sua? Evidentemente. Mas sabia que, sempre que estivesse em jogo questões essenciais para a defesa da democracia, votaria certamente da mesma maneira que eu. Mas os valores maçónicos devem ser superiores à solidariedade partidária? Respondo-lhe com um exemplo histórico: Salvador Allende, presidente do Chile, afirmou uma vez na sua loja maçónica que antes de ser socialista era maçom. Portanto, aí mostra bem como esses valores se sobrepõem a valores meramente partidários. António Arnaut, antes de apresentar a lei do SNS, mostrou-a aos “irmãos”. Muitos

deles não o apoiaram, mas também não o hostilizaram. Este não é um exemplo da influência da maçonaria na política? Mais do que a maçonaria, foi um maçom, António Arnaut, que – como bom maçom – quis discutir o seu projecto de lei com os “irmãos” de loja. Ainda hoje, quando há eleições, os resultados são discutidos nas lojas... Tudo pode ser discutido numa loja. Mas uma loja não vai, com certeza, fazer campanha por um determinado candidato. Por exemplo, um caso recente: o doutor Fernando Nobre candidatou-se a presidente da Assembleia da República e veio nos jornais que teria havido alguma pressão sobre os deputados maçons na AR para que votassem no “irmão” Fernando Nobre. Mas não houve pressão nenhuma da maçonaria – e eu sei porque era grão-mestre nessa altura. Isso são decisões que ficam à consciência de cada um. Olhando para o Parlamento, a maçonaria tem uma “bancada” grande. Há ou não influência maçónica sobre o hemiciclo? O conjunto dos deputados que são maçons das várias obediências não formam um grupo parlamentar, nem obedecem a instruções por parte dos respectivos grão-mestres. Eu nunca dei instruções aos deputados do GOL que se sentavam nas vá-

rias bancadas do Parlamento.

Os maçons continuam a recusar a terminologia “sociedade secreta”. É um termo insultuoso?

Essa designação foi-nos dada mais pelos nossos inimigos do que propriamente por nós próprios, precisamente para criarem uma aura de mistério e de seita relativamente à maçonaria, que nunca pretendeu ser uma seita. O que se passa é que a maçonaria teve, ao longo da história, de tomar algumas precauções contra as perseguições de que foi vítima. Isso levou a alguma preocupação em não revelar os nomes dos próprios maçons. Às vezes mantém-se esse cuidado, porque, infelizmente, vivemos numa sociedade em que ainda existem vários preconceitos em determinados meios sociais contra os maçons. E é por isso que muitos maçons não aceitam ver revelada a sua identidade. Porque isso pode-lhes causar dificuldades nas suas carreiras profissionais. E o nepotismo? As cunhas? Muitas vezes diz-se que um elemento por ser da maçonaria é beneficiado na sua carreira...

E às vezes são prejudicados por serem da maçonaria. É natural que aconteçam as duas situações. Mas nenhum maçom, por princípio, pode invocar a sua condição de maçom para ultrapassar alguém num cargo. Mas protestamos quando alguém, por ser maçom, é prejudicado no acesso a um determinado cargo.

Enquanto presidente do CLIPSAS acabou por se pronunciar sobre o massacre da Noruega, que terá sido cometido por um maçom. Ele infiltrou-se?

Foi um acto individual de infiltração e, no meu comunicado, deixei bem claro que isso devia servir de lição para as organizações maçónicas terem muito mais cuidado na selecção dos seus filiados. Houve negligência e ingenuidade por parte da maçonaria norueguesa ao admitir no seu seio uma pessoa com aquelas características. Ou então ele disfarçou muito bem e jogou o seu jogo. Ao longo destes últimos anos há algumas acções de maçons que tenham envergonhado a maçonaria?

Há casos conhecidos, nomeadamente da Universidade Moderna.

Há sempre a dualidade de quando se fala da maçonaria, falar do Opus Dei. Há conflitos entre as organizações?

Nunca houve nenhum conflito assumido entre as duas organizações. Entre a maçonaria e a Igreja há uma longa história de conflitos, mas, no caso do Opus Dei, nunca houve confrontos directos.

Não há o objectivo mútuo de se prejudicarem?

De maneira nenhuma.

O DN contactou igualmente um ex-grão-mestre da GLLP, que optou por não conceder uma entrevista.

AMANHÃ

Quem são os inimigos da maçonaria

DEBATE

Segunda-feira, 17.00, Auditório do DN, Lisboa. Em www.dn.pt

Ex-juiz **acusa** maçonaria de controlar a justiça

“O sistema de justiça português é constituído por lojas maçónicas e controlado pela maçonaria. Além de controlar as decisões dos processos – incluindo os casos da Universidade Moderna, Portucale, Casa Pia, Apito Dourado e Isaltino Moraes –, controla igualmente a carreira dos juizes e dos magistrados do Ministério Público e dos altos funcionários do Estado”, diz José da Costa Pimenta, em carta para a actual ministra e os principais protagonistas do sector. As acusações vão surgir em livro

GRANDE INVESTIGAÇÃO PÁGS. 4 A 11

gi
grande
investigação
DN

FOMOS MEDIR
A INFLUÊNCIA
E O PODER
DA MAÇONARIA

**Os vários
processos**

CASO CTT CITAÇÕES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Em escutas telefónicas, um indivíduo faz alusões à sua condição de maçom para obter informações do caso da venda de prédios

**CASO
PORTUCALE**
CITAÇÕES DE ABEL PINHEIRO

Nos governos de Guterres, o GOL era conhecido por o “gabinete”, dado o número de socialistas por metro quadrado. (...) É uma rede de relações humanas única

**CASO
MODERNA** CITAÇÕES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Uma conspiração maçónica, com a Moderna como ponto de reunião, para tomar conta das estruturas do poder em Portugal, é revelada num documento de Nandim de Carvalho